autuado por Helizenir Correia dos Santos em 30/08/2023 16:35:10.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: GILSON BARRETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 24-08-2023

OBSERVAÇÕES:
- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

Matéria AUD 192/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 30/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=476030.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 30/08/2023 16:35:10.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Boa tarde a todos e todas.

Declaro abertos os trabalhos da 8ª Audiência Pública semipresencial da Comissão de Administração Pública do ano 2023, com a presença dos que compõem a Comissão, nobres Vereadores: Eli Corrêa, Ely Teruel, Janaína Lima, Jussara Basso, Beto Social, João Ananias e Gilson Barreto – os dois últimos presencialmente; os demais, de forma *on-line*.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/auditorios-online/.

Em primeira audiência pública, vamos discutir o projeto 447/2023 do Executivo, que dispõe sobre a criação do quadro de Analistas de Previdência, QAP, e respectivo plano de carreira e cargos do Instituto da Previdência Municipal de São Paulo, Iprem. Altera a Lei 13.973, de 12 de maio de 2005 e dá outras providências.

Esta audiência foi publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo,* dia 21/08/2023 e nos jornais de grande circulação nos dias 22/08/2023, no *O Estado de S. Paulo*; dia 23/08/2023, na *Folha de S. Paulo*.

Foram convidados vários representantes do Governo Municipal.

Além dos nobres Vereadores João Ananias, da Comissão de Administração Pública, temos o Vereador Celso Giannazi, a quem convido a participar da Mesa; bem como a Sra. Márcia Regina Ungarette, Superintendente do Iprem; e o Subsecretário do Tesouro, Sr. Juarez Nunes Mota, Secretário Adjunto.

Vou passar a palavra à Dra. Márcia Regina para que faça um relato a respeito do projeto.

Só um minuto, doutora. Estão abertas as inscrições para falarem. Já temos inscrições *on-line*, vamos mesclando as falas, depois.

A SRA. MÁRCIA REGINA UNGARETTE – Boa tarde, Srs. Vereadores.

Eu estou representando o Instituto de Previdência.

Na verdade, o PL trata da criação de uma carreira específica para o Iprem, uma

Matéria AUD 192/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 30/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=476030.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 30/08/2023 16:35:10.

carreira previdenciária. Hoje, nós temos, nos nossos quadros, basicamente: APDO, Contador e AAG, nível médio e os Assistentes Sociais.

A ideia é a criação de uma carreira – a proposta é essa – que possa, realmente, ser focada em previdência, de forma que, de um lado, atenda a recomendação do Tribunal de Contas do Município que, em vários relatórios, há pelo menos cinco anos, recomendam a criação de uma carreira própria dentro do Iprem.

Esse é o objetivo principal do projeto, criando 70 cargos. São cargos efetivos que serão preenchidos mediante concurso público, para que a gente possa, efetivamente, ter um grupo de servidores que se especializem na questão previdenciária.

Esse o objetivo principal do PL: criar essa carreira, para que possam efetivamente assumir a gestão do Instituto de Previdência do município de São Paulo. Atualmente, há 232 mil beneficiários entre ativos, inativos e pensionistas.

Esse PL atende, inclusive, aos interesses dos próprios servidores.

Em síntese, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, doutora.

Vamos estabelecer três minutos para cada manifestação, como é de praxe, da Casa. Gostaria que todos respeitassem esse tempo para que possamos ouvir todos.

Nobre Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI – Boa tarde, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar todos os presentes; também a Márcia Regina, o Juarez, Vereador João Ananias, servidores e entidades.

É importante esta audiência pública para debatermos um tema tão caro para todos nós, servidores públicos, como disse a Márcia Regina. Nós estamos falando de, aproximadamente, 234 mil vidas na cidade de São Paulo. Já assistimos as histórias, no Brasil inteiro, dos problemas que foram ocasionados com os planos de previdência dos Correios, Banco do Brasil, Petrobrás. Quem assume a responsabilidade no final? Quem paga as contas no final? São os servidores. Essa é a grande realidade.

Matéria AUD 192/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 30/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=476030.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 30/08/2023 16:35:10.

Não vou falar muito agora, porque terei oportunidade depois, mas são vários os exemplos que temos de insucesso, fracasso, indicações políticas que levaram à bancarrota, o dinheiro dos servidores.

Então, estamos falando de vidas. É a vida dos servidores ativos, aposentados e pensionistas; depende muito do sucesso de uma política correta e séria na área da previdência.

A gente já teve, infelizmente, o Sampaprev 2, que foi um desastre para os servidores públicos, principalmente, os aposentados e pensionistas; e, agora, esse projeto vem retirando atribuições dos Conselhos que a gente tem, onde temos representantes dos servidores públicos. Os Conselhos, na verdade, são paritários na cidade de São Paulo, com representantes dos servidores públicos e da Administração. É importante, vital, fundamental que os servidores públicos estejam no Conselho deliberativo, não só consultivo.

Então, olhando, muito rapidamente, em uma primeira leitura, esse Projeto retira atribuições dos Conselhos, isso é muito grave. Tirando dos Conselhos que são eleitos pelos servidores, porque, em última instância, é o dinheiro dos servidores. Eles precisam ter o poder de decisão; o poder deliberativo tem que estar nas mãos dos servidores públicos.

Estão sendo criados dois Comitês, tirando atribuições dos Conselhos, é um problema muito grave. A criação de cargos é uma luta de todos os servidores. A criação de cargos com preenchimento por concurso público é uma demanda de todos os servidores. A gente luta por isso, mas não dá para abrir mão das atribuições dos Conselhos que funcionam – e funcionam bem – no município de São Paulo.

Então, a gente precisa ir com seriedade nesse projeto. Não dá para aceitar que as atribuições dos representantes dos servidores sejam retiradas por indicações – pessoas que vão preencher os Comitês – políticas, porque, hoje, é um Prefeito; amanhã, outro. Na verdade, quem ficam são os servidores, os mais de 234 mil servidores que pagam a conta de uma má administração.

Esse projeto, Presidente, é muito importante. Esse debate é importante. Estamos na primeira audiência pública. O Presidente da Câmara Municipal, Milton Leite, de uma forma muito

Matéria AUD 192/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 30/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=476030.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 30/08/2023 16:35:10.

democrática, falou em duas audiências públicas para a gente debater e melhorar esse projeto, para que os servidores, de fato, tenham oportunidade de se aposentar depois de 30, 40, 50 anos e tenham condições de sobreviver.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Nobre Vereador João Ananias, membro da Comissão de Administração Pública.

O SR. JOÃO ANANIAS – Boa tarde a todas e todos.

Quero cumprimentar meu Presidente, Celso Giannazi e os demais que compareceram para representar o governo.

A gente sabe da importância da criação de empregos na cidade de São Paulo. Com certeza, a Bancada do PT não será contra a criação de cargos, mas precisamos verificar algumas coisas que foram colocadas nesse projeto que, na verdade, tira o poder de fiscalização dos Conselhos. Ou seja, acho que não vai ter fiscalização; vai deixar passar da forma que achar melhor e que possa beneficiar o governo.

Então, a gente quer fazer esse debate e contar com os parceiros, demais Vereadores da Casa, para ter um projeto que atenda a necessidade de cargos, mas que não tire direitos dos Conselhos. Temos que garantir a fiscalização de um Conselho independente.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, nobre Vereador.

O nobre Vereador Fabio Riva está presente, Líder do Governo no Parlamento Municipal. Muito obrigado pela sua participação efetiva.

A primeira inscrita a utilizar a palavra é a Margarida Prado Genofre, da Aprofem.

A SRA. MARGARIDA PRADO GENOFRE – Boa tarde, Sr. Presidente e demais componentes da Mesa; boa tarde, servidores públicos que estão acompanhando esta audiência pública; boa tarde, Márcia – permita-me chama assim, já nos conhecemos há tantos anos.

Bom, viemos falar sobre esse PL. O que é que nós temos para dizer sobre isso: se fosse uma coisa boa para os servidores, teria sido discutida com os principais interessados.

Matéria AUD 192/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 30/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=476030.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 30/08/2023 16:35:10.

Afinal de contas, estamos falando do dinheiro de quem? É o do Prefeito ou do Vereador? Não. É o dos servidores públicos municipais, já tão espoliados e cansados de ver os desmandos desde que se começou a falar dos Sampraprev 1 e Sampaprev 2. Nunca acaba a espoliação do servidor.

Se fosse bom, teria sido discutido conosco; teria sido dado amplo conhecimento previamente. Ninguém está contra a criação de cargos públicos efetivos. Claro que não. Sabemos que é preciso profissionalizar, sim, quem vai lidar com o nosso dinheiro.

Mas é preciso, também, que haja transparência nisso. Criar 70 cargos não resolve o problema de emprego na cidade – para começo. É importante? Sim, claro. Ninguém vai dizer aqui que não é importante, mas isso é cortina de fumaça para passar uma vergonha que é a criação de dois Comitês nomeados, exclusivamente, pelo Prefeito – seja ele quem for; não estamos nem falando do atual Prefeito apenas. Sei lá quem serão os próximos. Dar poder para eles. O pessoal vindo, muito provavelmente, da rede financeira, dos bancos, para tomar conta do nosso dinheiro?

E tirando dos Conselhos Fiscal e Deliberativo do próprio Iprem as suas atribuições, a sua governabilidade. Isso é muito sério, gente. A gente precisa, sim, manter a qualidade dos investimentos, mas sempre com o olho clínico dos próprios donos do dinheiro. Afinal, nós estamos falando de 12 bilhões por ano. Não é pouca coisa. O sistema financeiro está de olho nisso. E, se tudo der errado, quem é que paga a conta? Nós.

Então, não temos o direito de opinar sobre o que é nosso? Naquilo que nos interessa? Naquilo pelo qual nós lutamos uma vida inteira. Eu já sou aposentada. Trabalhei muitos anos; contribui, sim – apesar de o pessoal dizer que servidor público não contribuía antes de 2005, não é verdade, eu sempre contribuí para o nosso Instituto.

Aliás, eu comecei a contribuir para o Montepio. *O.K*, não era para aposentadoria, era para pensões e outras coisas, não era aposentadoria, mas era Previdência. Contribuição previdenciária sempre houve, então, esse dinheiro é nosso. Nós temos que ter o direito de saber o que vai ser feito com o nosso dinheiro; temos que ter governabilidade, é disso que nós estamos

Matéria AUD 192/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 30/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=476030.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 30/08/2023 16:35:10.

falando.

E o Prefeito manda o projeto aqui para a Casa, tenta passar sorrateiramente, tanto é que já passou em primeira votação, sem conversar com a gente, sem discutir. Aliás, graças a Deus estamos hoje aqui podendo debater. A gente agradece, viu, Sr. Presidente, pela oportunidade de vir aqui manifestar nossa contrariedade em relação a esse projeto, em relação à forma como está sendo colocado aqui na Casa para aprovação, simplesmente.

Muito obrigada. Não vou me estender, porque tenho muitos colegas que podem falar melhor. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Tem a palavra Ejivaldo, Conselho Deliberativo do Iprem.

O SR. EJIVALDO DO ESPÍRITO SANTO – Boa tarde a todos e todas.

Sou Ejivaldo, Conselheiro do Conselho Deliberativo do Iprem, eleito pelo segmento de saúde. Quero começar minha fala dizendo que nós, do Conselho Deliberativo do Iprem, não tivemos conhecimento do projeto, não fomos comunicados de que havia nesse projeto. Descobri pelo *Diário Oficial,* já com a aprovação na primeira discussão.

Aí, fui estudar o projeto e vi todos os problemas que tem; eu li o projeto. Claro que nós, servidores, estamos cobrando reestruturação do Iprem há muito tempo, inclusive no próprio Conselho já discutimos sobre isso, fizemos cobranças com relação à reestruturação do Iprem, mas não é disso apenas que se trata; trata-se, sim, de retirar atribuições do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal do Iprem, e dá atribuições a um Comitê com pessoas indicadas pelo Prefeito.

Como foi mencionado aqui, essa não é uma questão da atual administração, é uma questão do futuro do serviço público do município de São Paulo. Os Conselheiros que lá estão vão passar; eu vou sair de lá, o Prefeito vai sair e vai ficar essa lei com esse problema, com um buraco horroroso, uma lei problemática que permite que o Prefeito indique pessoas para um Comitê que vai deliberar sobre investimentos, sobre os ativos do Iprem, e aí, o que vai acontecer? Eu sei o que vai acontecer.

Matéria AUD 192/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 30/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=476030.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 30/08/2023 16:35:10.

Nós, hoje, enquanto Conselheiros eleitos, nós temos certa dificuldade em acessar as informações do Iprem, imaginem a partir do momento que um Comitê terá poder para deliberar sobre os investimentos do fundo do Iprem, o que vai acontecer é que nós seremos comunicados – se formos comunicados – após o investimento ter sido feito, e aí se vai dar prejuízo ou lucro o fundo do Iprem, nós vamos descobrir depois.

Então, é muito triste o Prefeito encaminhar um projeto que diz respeito à vida dos servidores e seus representantes, e não sermos comunicados. A gente descobriu por acaso, poderíamos não ter descoberto. Se não estivéssemos atentos, nós poderíamos ter sido surpreendidos com esse projeto aprovado, com as nossas atribuições retiradas, tendo essa surpresa sem que tivéssemos feito debate sobre esse projeto. É um projeto que não diz respeito apenas ao representante eleito que está no Conselho Deliberativo, diz respeito a cada servidor deste município; é o futuro dessas pessoas, trata de aposentadorias, trata dos fundos Funfin e Funprev que estão vinculados ao Iprem.

É preciso entender que esses fundos estão vinculados ao Iprem, Funprev não é autônomo do Iprem, é preciso entender que não vai ter um Comitê para deliberar sobre o Funprev, o Comitê decidirá o que vai fazer com o Funprev, que continua vinculado ao Iprem. Eu estudei a legislação, estudei esse projeto de lei, a lei atual que trata do Conselho Deliberativo do município de São Paulo, estudei a lei complementar que trata dos regimes próprios, estudei a Constituição sobre o assunto, esse PL tem vários problemas e o principal deles é retirar atribuição dos conselhos deliberativos e fiscal. Mas têm mais problemas, problemas com relação a mandato, faz uma confusão de como vão ser os mandatos futuros, tem problema ao exigir nível superior para candidatos servidores públicos – isso não está na lei complementar que trata do regime próprio.

Se fizer uma boa análise do art. 8-B, dá para perceber que não é necessário ter nível superior para ser eleito, obviamente porque é antidemocrático e é contraditório no próprio projeto porque o projeto está exigindo certificação, exigindo qualificação para os representantes eleitos no conselho deliberativo. Então não há necessidade de ter nível superior. Eu não quero ficar

Matéria AUD 192/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 30/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=476030.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 30/08/2023 16:35:10.

minha vida no Conselho Deliberativo, quero passar para alguém, mas quero que seja representante do servidor, que cuide dos fundos e que seja independente de ser nível médio ou superior, que ele tenha oportunidade de ser eleito pelos seus representados.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Vamos mesclar com os que fizeram inscrição antecipada. Tem a palavra Lana Gomes; está nos acompanhando? (Pausa). Não. Marilene Nilo. (Pausa). Não. Elisângela Freitas. (Pausa). Não. João Luiz Martins.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – *O.K.*

Tem a palavra Tânia. (Pausa). Não.

Vamos, então, ao nobre Vereador Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Boa tarde a todos e a todas.

Queria saudar todas as entidades, todos os servidores públicos; saudar a Mesa, em nome do Presidente da Mesa, Gilson Barreto.

Bom, acho que tem só uma questão que acho importante: toda vez que nesta Casa, pelo menos no último período, que entrou qualquer projeto de criação de cargo público, ele não vem sozinho, vem sempre acompanhado de algo.

Inclusive, na reunião de líderes, o Presidente da Casa, Milton Leite, quando falou desse projeto, falou que era projeto simples, que era a criação de cargos para o Iprem, só que não falou o resto da história. Na hora, a gente não estava com o projeto na mão, ficou até contente porque é uma luta de todas as entidades que, cada vez mais, tenha cargo público para ter atendimento de forma direta, porque as terceirizações e privatizações que estão acontecendo em todos os setores do serviço público, inclusive para mim, o grande vilão que faz o Iprem ter déficit, cada vez que terceiriza, essas pessoas estão pagando para o INSS, para o regime geral; e não para o regime próprio, para o Iprem.

Então o Governo mesmo produz o déficit na hora que toma uma atitude política, uma decisão política ao terceirizar o serviço. Depois disso, vem o Sampaprev 1, que já limitou os

Matéria AUD 192/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 30/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=476030.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 30/08/2023 16:35:10.

servidores ao teto do INSS. Agora, as pessoas têm de fazer aposentadoria complementar caso queira se aposentar com salário digno. Depois, veio Sampaprev 2, que absurdamente aumentou a idade das pessoas, o tempo de contribuição e outras questões como a regra da transição, 20 anos de serviço público.

Então, muita gente que vem do serviço privado e ingressa no serviço público tem dificuldade de ser atendido pela regra de transição, tem que ter 20 anos de serviço público, ou seja, fizeram tudo para dificultar a possibilidade de o servidor conseguir a sua aposentadoria. Depois que consegue isso, recebe uma tabela que se não tem paridade e integralidade. A tabela joga o servidor para 100% de uma média de 40 anos de contribuição. Olha isso, gente.

E depois de tudo isso, esse projeto ainda fala que uma instituição financeira poderá organizar e gerenciar os dois fundos Funfin e o Funprev; até agora, não veio esse banco, graças a Deus, mas qualquer Prefeito, a seu bel-prazer, pode pensar: “bom, está na lei, nós podemos colocar um banco para gerenciar esses fundos”. E, juntamente e estranhamente, chega esse projeto que fala de cargos, que vai implementar cargos, mas quer tirar o poder de um Conselho, que é paritário para formar dois outros que são indicados pelo Prefeito e que vai ter o poder de fazer investimento dos ativos.

Fico pensando: a quem isso vai beneficiar? Qual é o propósito disso? Não há outra questão, não passa outra coisa pela minha cabeça de que já há coisas pensadas sobre isso, porque se tenho a possibilidade de ter uma instituição financeira para gerenciar os dois fundos, eu tiro a possibilidade do Conselho que tem representantes dos trabalhadores. Eu tiro o poder deles e dou aos indicados do Prefeito. Há algo muito estranho nisso.

Eu gostaria de escutar os representantes do Governo sobre esse assunto, porque eu estava vendo pela televisão e ouvi que estavam falando de cargos, e sobre cargos não tem divergência. O que tem divergência é a mudança que estão fazendo nesses Conselhos.

Gostaríamos de escutar do Governo, é isso que as pessoas querem saber: qual o motivo? Por que estão fazendo isso? E democraticamente, não vão fazer um debate com os servidores? São mais de 200 mil, eles têm interesse de saber o que estão fazendo com o seu

Matéria AUD 192/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 30/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=476030.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 30/08/2023 16:35:10.

dinheiro. Inclusive eu, que estou como Vereador, mas estou aqui como servidor, eu quero saber o que vai acontecer com o meu dinheiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Próximo: João Gabriel, Presidente do Sindsep.

Estão encerradas as inscrições.

O SR. JOÃO GABRIEL – Boa tarde companheiros e companheiras; Sra. Superintendente, Vereadores, servidores e servidoras presentes e os que nos acompanham *on-line*.

É lamentável que a gente venha para cá e o Governo, pela quarta vez, encaminhe projeto que altera a Previdência e a vida da servidora e do servidor, e depois desta Casa ter apresentado três projetos, Sampaprev 1, 2 e 3. Isso parece filme de terror, não acaba.

A gente está aqui de novo, mais uma vez, voltando a discutir projeto que não foi apresentado nem para os servidores, nem para as entidades, nem para os próprios Conselheiros, que descobriram pelo WhatsApp que o projeto foi votado em primeira.

Então, se o Governo encaminha projeto nem nas justificativas do projeto, quem ler o projeto vai ver, não menciona o objeto principal da matéria que está em discussão, aí chegamos aqui, bom, vamos ouvir da representação do Governo. E o que a gente escuta? “Não, é só criação de cargo”. Ora, esta Casa votou a extinção de mais de 2 mil cargos; esta Casa extinguiu nível básico, nível médio, nível universitário, está criando 70, dá até um alívio, mas aí você vai ler a “página dois” do projeto e “da página dois em diante”, o que eles estão fazendo é colocar a raposa para cuidar do galinheiro. É isso que está no pano de fundo desse projeto.

Então, a Superintendência, com todo o respeito a V.Sa. que está aqui, hoje, representando um governo que quer mexer no Conselho, retirar atribuições, tirar poder de fiscalização porque tem interesses.

E aí, você lê o projeto. O projeto diz que o Conselho vai perder a capacidade de arbitrar sobre os imóveis do Iprem, de aquisição ou venda. Eu pergunto para a Superintendência:

Matéria AUD 192/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 30/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=476030.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 30/08/2023 16:35:10.

qual é a intenção em suprimir essa capacidade? Por que tem que fazer isso na calada da noite? Se o Governo tem a expectativa de melhorar a governança, a gestão dos fundos, por que está fazendo escondidinho? Por que tem que fazer dessa forma?

Eu digo para vocês: porque o Governo tem uma única expectativa, continuar saqueando os recursos do funcionalismo público. É isso que está em jogo, é isso que está em jogo. E não adianta passar verniz no projeto. O Governo precisa explicar por que é que os Conselheiros não vão mais poder opinar, não vão ter poder de arbitragem em casos de recurso. Está lá na entrelinha. O servidor tem direito a recurso, Vereador Gilson Barreto; é direito do servidor. Quem é que tem a última palavra? Os Conselheiros, e isso vai desaparecer.

Então, primeiro, esvazia o papel do Conselho. Segundo, transfere para Comissões cujos indicados são de exclusividade do Prefeito. Veja, se a intenção é melhorar, Vereador, por que é que está suprimindo isso? O Governo já tem voto de minerva. São quatro indicados pelo Governo, quatro eleitos pelos trabalhadores. O voto de minerva é do Presidente que vocês indicam. O que mais vocês querem?

Já não basta ter confiscado 14% dos aposentados? Já não basta colocar o servidor em condição de miséria? Agora, querem fazer confisco, querem usar os fundos da previdência e quem está propondo isso, daqui a 30 anos não vai estar aqui para responder. Se errar no investimento, se apostar na Americanas, quem fizer isso vai estar lá de boa, vivendo de previdência privada. E o servidor do regime próprio vai amargar um futuro terrível.

Retirem esse aspecto do projeto, criem esse cargo, se puder, devolvam os outros que foram extintos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Rafael Aguirre, membro do Conselho Deliberativo Iprem. Está presente?

O SR. RAFAEL AGUIRRE – Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Boa tarde.

O SR. RAFAEL AGUIRRE – Cumprimento todos os presentes, em especial os servidores públicos. Cumprimento os membros da Mesa, Juarez, Márcia, os nobres Vereadores.

Matéria AUD 192/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 30/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=476030.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 30/08/2023 16:35:10.

Bom, vamos lá. O primeiro ponto, que o tempo é curto, vamos falar sobre criação de cargos. A gente apoia criação de cargos, uma demanda antiga. Eu fiz, no mês passado, uma manifestação na própria reunião do Conselho, que ficou registrada em ata, sobre o concurso público para os cargos, para os servidores no Iprem, que está parado na Casa Civil, esse concurso e não haveria motivo para não ser dado andamento.

Agora, o projeto está criando uma carreira nova que é importante a gente ter em vista, ter em mente, ter como norte que não basta criar a carreira e os cargos. Tem que se pensar em qual estrutura que vai ter essa carreira, estrutura remuneratória, estrutura de evolução profissional. Senão, você cria os cargos, cria carreira própria, específica, *O.K*; mas se você não tiver a adequada estrutura evolutiva, a adequada remuneração e as adequadas competências, você vai fazer o concurso, as pessoas vão entrar, porque tem milhares ou milhões de concurseiros fazendo, estudando para a prova, mas ele não vai ficar aqui, porque a carreira não vai ser atrativa.

Então, esse é o primeiro ponto com relação à criação da nova carreira. Já vimos esse filme antes. Somos a favor, desde que seja com a estrutura adequada. Estrutura adequada é não só em relação às demais carreiras da Prefeitura, mas dos outros entes federativos equivalentes: como é que isso funciona, como é que existe uma carreira equivalente a essa lá no município do Rio de Janeiro, no município de Belo Horizonte, para falar das capitais, no município de Curitiba, de Porto Alegre, de Salvador; enfim.

Com relação ao Conselho Deliberativo em si, a pergunta que eu me faço é a seguinte: o Conselho Deliberativo, na minha humilde opinião, é o órgão máximo dentro de uma estrutura organizacional, e não o órgão mínimo. Pelo projeto, parece que nós estamos mitigando competências, atribuições desse Conselho que é o órgão máximo, é um órgão paritário, com servidores eleitos entre seus pares e indicados pelo Chefe do Poder Executivo.

Agora, na medida que se retiram essas competências, essas atribuições, parece que o Conselho Deliberativo é o quê? É uma paisagem, uma vitrine, um Conselho de acompanhamento? Ele é deliberativo ou é figurativo? Essa é a pergunta que nós temos que fazer

Matéria AUD 192/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 30/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=476030.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 30/08/2023 16:35:10.

aqui. Nós queremos um o Conselho Deliberativo ou queremos um Conselho Figurativo? Essa é a pergunta que a gente tem que fazer com esse projeto, é isso que está em jogo aqui.

Então, eu vou encerrar dizendo o seguinte: o projeto, a tramitação está completamente açodada. Como falou o outro colega, nós, do Conselho, ficamos por grupo de WhatsApp que o projeto estava tramitando. Não houve nenhuma consulta aos servidores que são os maiores interessados, porque o recolhimento previdenciário sai da nossa remuneração. Agora, há uma outra fonte de renda importante também, que é o imposto de renda retido na nossa fonte, do nosso salário, da nossa remuneração e isso vai cair sei lá na mão de quem.

Então, encerro por aqui fazendo esse alerta. Precisamos conversar e dialogar mais. Vou deixar à disposição dos Vereadores um estudo que o nosso Jurídico fez com os pontos de atenção desse projeto.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Francisco Ernani, da Associação dos Contadores Municipais.

O SR. FRANCISCO ERNANI CARVALHO GOMES – Boa tarde a todas e a todos, colegas servidores presentes.

Cumprimento os Nobres Vereadores na pessoa do Presidente desta audiência, Vereador Gilson Barreto. Cumprimento também os demais membros na pessoa do Juarez e da Márcia Regina.

Eu represento a Associação dos Contadores Municipais; portanto, sou contador municipal de carreira. Nós temos nossos pares que trabalham no Iprem, que estão lotados no Iprem, que prestaram concurso para a Prefeitura, fizeram opção de trabalhar no Iprem e, lá, eles desenvolveram e continuam desenvolvendo suas carreiras.

Em relação às questões dos Comitês que estão sendo criados e outros assuntos trazidos no PL 447 – alguns colegas já falaram, outros, será importante falarem –, eu vou me atentar um pouco mais à questão da carreira específica, especializada, que está senda criada, o que a gente recebe com bom grado, a carreira em si; servidores atuando no Iprem, capacitados,

Matéria AUD 192/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 30/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=476030.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 30/08/2023 16:35:10.

competentes. É isso que a gente deseja mesmo para todos.

Por outro lado, chama atenção o fato de que essa nova carreira – dita carreira de analista de previdência, portanto uma carreira de especialistas – traz no seu bojo, no Anexo 2, que traz as atribuições, mais especificamente nos incisos IX e X, traz atribuições que no meu entender, como Presidente da Associação dos Contadores, como contador de carreira, usurpa carreiras já consolidadas na Prefeitura e, inclusive, no Iprem. Por exemplo, atribuições em que você tem uma carreira especialista, que exige formação de ciências jurídicas, ciências contábeis, econômicas, administração, atuarial.

E, de repente, traz no bojo atribuições exclusivas, prerrogativas profissionais de contador. Eu citei os incisos IX e X, depois, se tiver oportunidade... O tempo aqui é muito curto, a gente entende, não dá para eu me aprofundar muito. Mas tem questões que a gente entende que ferem, inclusive, regramento federal como, por exemplo, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade.

Ainda que se justifique que nessa carreira que está sendo criada também irá contemplar, quiçá contemplar contadores, mas vamos imaginar que nesse concurso só passem ou só tomem posse profissionais formados em ciências jurídicas; não necessariamente advogados. Como que um profissional da área jurídica vai atuar numa atribuição exclusiva de contador? E, principalmente – repito –, uma área que já está consolidada no Iprem, atribuições consolidadas. Só para dar uma ideia, o inciso X diz que esse profissional irá formular, implantar, executar as atividades especializadas de alta complexidade, de planejamento, orçamento, finanças, controles internos e contabilidade – bem específico.

Então, Sra. Superintendente, Juarez, nobre Vereador – já vou para a conclusão, Presidente –, o que a gente pede? Que sejam revistas essas atribuições para evitar que sejam usurpadas. Eu também, assim como o colega que me antecedeu, o Rafael, vou deixar, vou fazer chegar até a Comissão e também até a Superintendente um trabalho que nós fizemos, uma consultoria jurídica nossa apontando esses conflitos para evitar, quiçá, demandas judiciais futuras para o nosso Iprem, o que não é desejado.

Matéria AUD 192/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 30/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=476030.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 30/08/2023 16:35:10.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Vamos para a lista dos inscritos *on-line*: Cleonice Helena Oliveira da Silva. (Pausa). Não. Walentina Nogueira Rodrigues Soares. (Pausa). Não. Leila Beatriz Semana. (Pausa) Márcia de Oliveira, Presidente da Associação dos Administradores – ADAM.

A SRA. MÁRCIA OLIVEIRA – Boa tarde a todas e a todos.

Presidente, mais uma vez a gente aqui – boa tarde – na Comissão que é da minha essência, que é a Comissão de Administração.

Eu começo falando o seguinte: política de previdência é uma política de Estado, não é uma política de governo. Essa discussão a gente já teve nesta Casa, não é, Presidente? A gente volta a ter que falar isso, vira e mexe a gente volta tendo que começar a falar que previdência é de Estado. Nós temos que falar de uma questão a longo prazo.

Em primeiro lugar, a gente acredita que o investimento em cargos efetivos é a base para começar a fazer essa construção de uma política de Estado. Mas ela tem que ser melhor balizada. Então, acho que a gente tem que conversar um pouquinho melhor sobre esse quadro. Acho que a gente tem que dividir. A gente tem a questão do quadro e tem a questão dos Conselhos. Quando a gente tira a questão dos quadros a serem criados, que é necessário a gente ter pessoas de carreira para pensar a nossa previdência, a gente tem que também pensar na questão dos Conselhos.

Os Conselhos, quando a gente pensa em tirar, porque foi nesta Casa, foi nesta Casa – não é, Presidente? –, contra tantos votos, que foi aprovada a lei da previdência municipal e ali foi aprovado o Conselho, inclusive, e as suas competências. Então, a gente já discutiu qual era o mínimo de competência que tinha que ter dentro dos Conselhos. E agora, aos 45 do segundo tempo, quando a coisa tem que começar a tomar corpo, querem tirar as atribuições do Conselho no qual nós, com muitas custas, estamos sendo representados; porque esse Conselho é o Conselho que representa quem? O dono do dinheiro. Somos nós, nós somos os representantes, nós somos os efetivos, nós prestamos concurso e é do nosso salário que sai essa contribuição

Matéria AUD 192/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 30/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=476030.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 30/08/2023 16:35:10.

mensalmente, até o fim das nossas vidas e dos nossos pensionistas.

Então, no mínimo, a gente tem que ser respeitada e escutada. Ou mais uma vez a Administração tomou a frente sem passar por quem? Por quem de direito, as pessoas que estão aqui, que são os contribuintes, que são as pessoas que dispensam todo mês – está lá no meu holerite – e de todos aqui que são de carreira. É disso que nós estamos falando.

Criação de Comitê, nem vou entrar no mérito. Mas tirar competências daquelas que já foram aprovadas há muito custo, há muito suor e muita bomba lá na frente. Porque nós levamos muita bomba lá na frente para tentar segurar o mínimo. E agora querem tirar assim.

Então, com todo respeito, vamos dividir esse projeto. Vamos fazer duas conversas. Vamos fazer a diferença. Independentemente de governo, está na hora de fazer a diferença. Nós já perdemos 14% do nosso salário para os aposentados. Está sendo dolorido até hoje, a senhora não imagina quanto.

Nós, que somos de entidades, os 14% dos aposentados dói na alma, dói no bolso. E os nossos servidores estão cada vez mais comprometidos nas suas aposentadorias.

Que bom que chegou, olhem quem chegou. Eu tenho sorte, gente. Chegou o Vereador Riva. É muita sorte. Muita sorte a minha também. Porque agora nós vamos começar a discutir com o Executivo. Não adianta a gente ficar aqui só falando, a gente precisa de espaço para trabalhar em conjunto.

O Iprem tem um executivo neste momento, mas o Iprem é nosso. O Iprem é do servidor. É de lá que vai sair a minha aposentadoria, a pensão para a minha filha e assim de cada um que está lá dentro.

Portanto, eu peço a oportunidade, do Fabio Riva que chegou, da Superintendente que está aqui e dos demais presentes, de a gente rever em tempo mais uma vez esse processo. Porque senão, mais uma vez os servidores vão ser penalizados, hoje, amanhã ou quem sabe no futuro.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Matéria AUD 192/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 30/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=476030.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 30/08/2023 16:35:10.

Convido João Luiz Martins, da Aprofem.

O SR. JOÃO LUIZ MARTINS – Boa tarde a todos, servidores e meus colegas de trabalho que estão aqui, à Mesa, aos Vereadores. É muito difícil falar depois de pessoas tão boas como as que estiveram neste palanque antes.

Vou ser bem rápido. Em primeiro lugar, quero frisar que criação de cargos não é problema, muito pelo contrário. Nós sempre lutamos na nossa entidade pela criação de cargos com concurso público.

Em segundo lugar, a palavra pagamento através de subsídio me assusta muito. Porque onde passa um boi, passa uma boiada. Logo, logo, eles vão querer fazer isso com todas as outras pessoas e as nossas evoluções e promoções por merecimento acabam indo para o "vinagre", como dizem.

Terceiro, já falaram bastante dos Comitês. É muito preocupante, porque em duas coisas que eu prestei atenção sobre Comitês. Em primeiro lugar, eles têm porta de entrada, mas não têm de saída. Não existe, em lugar nenhum, informação de quanto tempo eles vão ficar. Eles podem ficar *ad eternum*, por interesses dos políticos, Prefeitos de plantão, porque é um cargo indicado.

Em segundo lugar, a evolução desses concursados, a promoção que eles vão ter, se vocês lerem lá como que eles vão subir na carreira, é humanamente impossível. Quem entrar nesse cargo, vai congelar naquela referência. Ele não vai conseguir fazer todos aqueles cursos que estão pedindo. A não ser que com o título de profissional, venha já uma LIP, uma licença, sem vencimentos para que ele estude e possa evoluir.

A nossa preocupação é que não façam com o Iprem o que fizeram com muitos outros dinheiros que tiraram da gente, que Iprem não vire uma fábrica de precatórios. Porque quando eu me aposentar, eu quero que tenha dinheiro lá para que possa pagar uma pensão para mim, ou uma aposentadoria decente, porque eu contribuo a vida inteira.

Sou professor, sempre falo para os meus alunos como primeira regra, no primeiro dia de aula, como vai ser o ano letivo, que as regras do jogo são essas. Digo para eles como

Matéria AUD 192/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 30/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=476030.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 30/08/2023 16:35:10.

funciona a educação naquele ano, como vai ter feriado, se vai ter ponte, se vai ter atividade, se vai ter prova, se não vai. Como professor, o que mais me irrita são as mudanças das regras no meio do jogo, você entra preparado para uma atividade e vem alguém dizendo que agora mudou.

Tem um Conselho? Ah, não preciso mais de vocês. Agora tem essa comissão que manda. E o respeito por aquelas pessoas que nós votamos? Os Conselheiros do Iprem que estavam lá, receberam votos de nós, funcionários públicos. Eles estavam nos representando. Então, deveriam ter perguntado para nós o que é importante. Como nós dissemos, é muito importante o concurso público, mas nós deveríamos e ainda gostaríamos de ser consultados.

Eu não estou menosprezando vocês, Vereadores, muito pelo contrário. As pessoas que estão aqui nesta Mesa têm alto grau de conhecimento, uma sabedoria muito grande, mas as pessoas que redigiram esse projeto de lei, provavelmente, são muito novas na Prefeitura e não conhecem a estrutura.

Vamos frisar – pensem muito bem nisso para que a gente possa ter o Iprem daqui a alguns anos, não uma instituição falida. Como meu colega disse, estão colocando a raposa na porta do galinheiro, só falta dar a chave.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Convido o Sr. Douglas Eduardo Rosa, do Sinesp.

O SR. DOUGLAS EDUARDO ROSA – Boa tarde à Mesa, a todos e todas que acompanham esta audiência pública.

Talvez seja breve, mas é para ressaltar que uma gestão participativa efetiva funciona quando o servidor participa como, por exemplo para a previdência municipal, porque ele sabe que está contribuindo. Então, ele tem o direito de participação, de decisão, quando ele é representante de toda uma categoria, de todo funcionalismo.

No caso do Conselho Deliberativo, até por questão de legislação, eles foram eleitos pelos próprios servidores. Não tem cabimento tirar atribuições do Conselho Deliberativo, porque vai mexer na nossa vida enquanto servidor.

Matéria AUD 192/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 30/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=476030.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 30/08/2023 16:35:10.

Se eu estou na ativa agora, vou me preocupar com a minha aposentadoria no futuro. Nós sabemos, aqui no Brasil, por exemplo, que toda vez que colocamos algum bem, questões financeiras, investimento, a gente sabe que pode ter vários riscos no futuro. Isso pode significar, inclusive, falência do Iprem.

Só para lembrar que quando foi criado o RPPS, em 2005, já teve uma falha lá atrás que mal teve um aporte de capital para o próprio Iprem. Agora, não dá para se resolver de forma mágica, digamos assim, criando Comitê para dar conta de administrar, sendo que já tem um Conselho que faz esse papel, inclusive, com quem é representado e o maior interessado que é o próprio servidor público.

Para lembrar que, na Legislação, toda vez que houver mudança na estrutura administrativa do Iprem, o primeiro a ser consultado é o Conselho Deliberativo. Isso não ocorreu, mas há previsão na legislação.

Outra coisa, quando teve a Lei 2005, na criação do Regime de Previdência Municipal, ficou bem explícito que nas aposentadorias têm de, também, repito, a participação dos servidores públicos quando da administração dos imóveis e demais bens que o Iprem possui, até para ter garantia do pagamento das aposentadorias ao invés de fazer confisco dos proventos dos aposentados também.

Então, não está fazendo sentido. Vai causar mais preocupação para todos os servidores públicos do município.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Da lista dos inscritos *on-line*, chamo a Sra. Patrícia Pereira Martini Lunardelli. Não está presente.

Convido a Sra. Vilma Apolinário. Não está. Sra. Elisangela Freitas. Também não está. Sra. Durvalina Soares Silva, da Anis – Associação dos Servidores de Nível Superior da Prefeitura de São Paulo.

A SRA. DURVALINA SOARES SILVA – Boa tarde a todos, boa tarde à Mesa, Srs. Vereadores, Srs. representantes. Boa tarde aos colegas servidores presentes.

Matéria AUD 192/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 30/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=476030.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 30/08/2023 16:35:10.

O primeiro ponto que quero colocar é que o projeto não foi discutido conosco em momento algum. Existe um sistema de negociação permanente na Prefeitura que não serve absolutamente para nada, porque nós não somos chamados para discutir nada que importa. Os projetos vêm direto para a Câmara sem passar por nós.

Nós ficamos muito chateados. Não que eu queira ser recebida com cafezinho, tapinha no ombro, nada disso. Mas nós temos o direito de discutir as propostas que vêm para a Câmara e que serão implementadas na Prefeitura como um todo.

Se os senhores não sabem, mas todo patrimônio do Iprem é exclusivo dos servidores. Não é do Prefeito, não é do mercado financeiro, não é de ninguém. É só e exclusivamente nosso. É uma postura constitucional, isso está na Constituição.

Muito bem disse quem falou antes de mim, que nós deveríamos estar sendo, no mínimo, consultados. Digo mais, não quero ser só consultada. Esse negócio de Conselho, de Comitê, onde você tem exclusivamente indicações do Sr. Prefeito, desculpe, eu sou velha, não tenho nenhuma vergonha disso. Ao contrário, tenho muito orgulho. Mas eu vivi no período da ditadura militar. Lá era assim, embora tenha havido um escalar de pessoas que defendem a ditadura, ela já ficou para trás, gente, não vai voltar não. É isso que vocês estão fazendo aqui agora. (Palmas)

O Prefeito manda um projeto, a título de criação de uma carreira de 70 cargos. Na última vez que estivemos aqui em movimentação, foram extintos 3.300 cargos efetivos, numa Prefeitura que tem déficit. Temos não sei quantas bibliotecas públicas fechadas hoje por falta de funcionários. Onde estão os concursos? Quem vai sustentar o Iprem? Digo mais, nós não estamos falando de pouco dinheiro. Estamos falando de fundos bilionários, Funfin, Funprev, não é pouco dinheiro. Não é pouca coisa.

Aí, a gente começa a juntar uma coisa com a outra, porque burros nós não somos. Passamos num concurso difícil para entrar na Prefeitura. Se trilhamos uma carreira que não é fácil, não é mole ser servidor público na Prefeitura de São Paulo, porque o que vem de bucha de canhão para cima da gente, não está escrito. Para você chegar na minha idade, chegar neste

Matéria AUD 192/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 30/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=476030.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 30/08/2023 16:35:10.

momento com um mínimo de saúde, ah você precisa ser muito bom mesmo.

Agora estão tentando fazer o quê? É um Comitê de investimentos, retiram... há outro Comitê que é só de indicados pelo Prefeito. Retiram as funções e competências do nosso Comitê deliberativo onde nós somos em igual número com o Prefeito. Embora o Prefeito ainda tenha o voto de minerva – quer dizer que, havendo empate, ele leva.

Mas ainda não está bom, precisa de mais, precisa pisar em cima da gente. Precisa ser exclusivo com o nível superior, precisa ser de maneira que as pessoas tenham formação na área de investimento. O que é isso? Que diabo é isso? Pergunto eu. Desculpem se fico... mas é demais, demais da conta. A gente passa uma vida inteira sendo pisoteada. O que é isso? Quem deu esse direito? Nós estamos numa democracia ou não?

Os Conselhos têm de ser paritários, têm de ser deliberativos e respeitados. Nós votamos, as pessoas estão lá nos representando e nós queremos respeito. Nós exigimos respeito. Isto aqui não é uma República de bananas, não é uma ditadura. Isto aqui ainda é uma democracia e vai continuar sendo no que depender da gente.

É isso. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. Marcos Geraldo Batistela, da Federação das Associações de Sindicatos da Prefeitura de São Paulo.

O SR. MARCOS GERALDO BATISTELA – Boa tarde a todos e a todas.

Eu queria saudar a decisão desta Casa de promover o debate sobre esse tema, Vereador, a decisão da Casa, do Presidente Milton Leite e saudar todos os Vereadores, na pessoa do Vereador Gilson Barreto, que está aqui presidindo a Mesa e estar dedicando seu tempo e a sua atenção para esse tema, que para os servidores públicos é extremamente relevante. Agradeço a presença da Dra. Márcia, Superintendente do Iprem; Dr. Juarez, representante da Secretaria da Fazenda.

Queria dizer que nós estamos, hoje, aqui, porque estamos preocupados com as nossas aposentadorias, se haverá recursos no futuro para que elas sejam pagas. É de conhecimento de todos que nós passamos por um período de reformas previdenciárias, foram

Matéria AUD 192/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 30/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=476030.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 30/08/2023 16:35:10.

três reformas previdenciárias: 2005, 2018 e 2021. Todas elas impondo sacrifícios crescentes aos servidores públicos. Na última foi abolida a isenção de contribuição previdenciária dos servidores inativos e dos servidores que tinham doenças graves.

A questão que nós gostaríamos de colocar é porque esse quadro, desse projeto de lei, abala a governança do Iprem? Porque é que esse projeto de lei prejudica a capacidade do Iprem de cuidar dos recursos dos servidores públicos? Porque no limite é isso que está sendo feito.

Gostaria inclusive de ouvir os representantes da administração depois porque na nossa interpretação não há nenhum sentido retirar do Conselho Fiscal do Iprem, por exemplo, a competência para fiscalizar os atos dos administradores do Instituto Previdenciário. Esta é uma medida que, na minha visão, na visão da nossa Federação, necessitaria de uma explicação: por que um órgão público tem um Conselho fiscal da qual é retirada a atribuição de fiscalizar os atos dos administradores desses órgãos públicos?

E são inúmeras outras ocorrências principalmente na parte em que trata das atribuições do Conselho Deliberativo e na parte que trata das atribuições do Conselho Fiscal.

Basicamente, essas explicações que nós gostaríamos de ouvir, as razões que levam o projeto de lei a propor essas medidas que abalam um dos pilares de qualquer regime próprio de Previdência Social, que é a governança. Se a governança desse regime próprio de Previdência Social não é sólida, se a governança de um regime próprio de Previdência Social não é confiável, não se pode crer que esse regime próprio de Previdência Social conseguirá cuidar dos recursos dos servidores públicos. Na nossa visão é isso que está sendo abalado: a confiança na gestão dos recursos previdenciários do município. Eu vou concluir, Vereador, tem algumas outras pequenas questões de transição também nesse projeto, mas fundamentalmente é essa a questão dos Conselhos.

Sobre a carreira que está sendo criada, a nossa Federação é favorável à profissionalização da administração do Instituto, no entanto, foram feitas várias críticas aqui a essa carreira e ela destoa um pouco das outras carreiras semelhantes que existem no município.

Matéria AUD 192/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 30/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=476030.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 30/08/2023 16:35:10.

Isso também era uma coisa que talvez necessitasse de uma boa explicação por parte da administração do ponto de vista da nossa Federação, nós temos um pleito.

Na parte de nomeação dos membros do Conselho Deliberativo Fiscal do Iprem, nós pleiteamos que as indicações feitas pelo Prefeito sejam feitas entre servidores efetivos das carreiras que tem conhecimento nessas áreas. Nós entendemos que isso permitiria um fortalecimento da governança do Instituto e diminuiria no prazo de 5, 10, 20, 30 anos, 50 anos, 100 anos, acho que os estudos atuariais vão até 2070, se não me engano, nesse horizonte de tempo nós entendemos que isso também diminuiria os riscos políticos na administração desse volume imenso de recursos, que são os Fundos Previdenciários do município.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. Vlamir Lima, da Confetam.

O SR. VLAMIR LIMA – Boa tarde, companheirada, boa tarde, Mesa.

Sou dirigente da Confetam e sou Secretário de Comunicação e Imprensa e sou dirigente do Sindsep e servidor da Prefeitura do Município de São Paulo. É de admirar, como alguns colegas já destacaram aqui, um projeto desses que envolve aposentadoria dos servidores e não discute com as entidades, mas, pessoal, já vimos esse filme antes.

Vamos lembrar um pouco: a gente já teve um Prefeito que meteu a mão no dinheiro do Iprem, Paulo Maluf, tirou bilhões do nosso Instituto. Depois de muita luta dos servidores, das entidades, a Prefeitura teve de devolver esse dinheiro. Só que aqui é um pouco diferente, aqui não tem retorno, na tática que a Prefeitura está fazendo, na mudança que está aqui. Os ativos que aqui o Prefeito está interessado, não é só do fundo, se vai ser bem aplicado ou não, são os ativos dos imóveis. Esse Conselho, esse Comitê, que vai ter esse poder de fazer esses encaminhamentos com o Instituto, e o nosso Conselho só vai poder olhar, vai poder vender os imóveis a preço de banana para os companheiros do Prefeito, que estamos vendo que a cidade está sendo dividida.

Isso vai atacar o nosso caixa, que pode ser vendido para superar inclusive a nossa luta contra os 14%. E chama atenção aqui dos Vereadores, a Assembleia Legislativa voltou atrás

Matéria AUD 192/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 30/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=476030.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 30/08/2023 16:35:10.

e aqui pedimos para os Vereadores analisarem e voltaram atrás na questão da contribuição dos 14%. Agora, sem caixa, é isso que nós estamos vendo, estão colocando em risco. E a gente viu as três reformas, coloca em risco a aposentadoria dos servidores. Está desabastecendo o fundo. A Prefeitura vai tomar conta? Na lei, diz que sim, mas de que forma? Depois, nós vamos nos virar, os servidores já passando fome com os 14% sendo cobrado dos aposentados e daqui para frente os que vão aposentar estão em risco.

Chama atenção. Tem acordo com aqueles que falaram. Esse projeto tem de ser desmembrado, cargos para o Instituto, 70? Quem não conheceu, o Iprem chegou a ter 400 funcionários prestando serviço para os servidores; agora são 70, porque hoje está esvaziado, nem consegue tocar com estagiários, comissionados e o que restou de servidores ainda na ativa, terceirizados, nessa forma. Chamamos atenção dos Vereadores da importância do desmembramento, tirar essa parte que o Governo quer meter a mão no dinheiro dos servidores e vamos criar o cargo para a gente melhorar. E que o Conselho fique administrando o nosso fundo e o dinheiro do nosso Instituto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a senhora Loba Melo, do ISP, Internacional dos serviços públicos.

A SRA. LOBA MELO – Boa tarde, colegas, os nossos Vereadores, a Superintendente Maria Regina.

Eu sou Vice-Presidente do Sindsep São Paulo e da ISP, Internacional dos Serviços Públicos.

Bom, primeiro, estamos aqui todo mundo bastante angustiado com essa situação. Ninguém aqui é contra os 70 colegas, os 70 cargos que vão vir. É uma luta histórica nossa das entidades um concurso público, embora alguns colegas já colocaram aqui, há várias questões que vamos apontar sobre as carreiras, é importante frisar a extinção dos mais de 3.300 cargos que essa Casa promoveu e que nós levamos muita bomba na cara, estou vendo aqui os nossos companheiros e companheiras, que levaram muita bomba na cara nesse processo e não me sai da cabeça quando a gente estava lá embaixo, caindo bomba em cima da gente, nossas

Matéria AUD 192/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 30/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=476030.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 30/08/2023 16:35:10.

aposentadas e aposentados caindo com bengalas, uma situação muito difícil naquele momento.

Mas nós estamos aqui para debater O PL 447 que tem aí perigos importantíssimos e traz jabutis. Vou citar aqui as alterações importantes no artigo 6º, artigo 8º, artigo 9º e artigo 13 da Lei 13.975/2005, que trata das atribuições do Conselho Deliberativo do Iprem. Os colegas já colocaram muito bem, estamos com uma redução importante do poder dos nossos representantes que foram eleitos pelo serviço público é isso precisa ser avaliado e pensado. É muito ruim quando temos um Conselho, como foi colocado aqui pelos colegas, e perde poderes tão importantes.

Quero citar um ponto quando coloca a questão de ter nível superior. Eu pergunto aos nobres Vereadores, se para ser Vereador desta Casa é necessário ter nível superior? E quero citar uma grande companheira que foi Presidenta do Sindsep, Irene, que foi Conselheira, não tinha nível universitário, mas sim foi uma grande Conselheira do Iprem.

Então, há vários pontos importantíssimos que para nós é de extrema importância e vamos fazer muita resistência e muita luta, porque entendemos que as nossas aposentadorias e pensões correm risco, correm perigo nesse processo de manipulação dos recursos, porque daqui a pouco nós vamos ter eleição para Prefeito e não sabemos quem vai entrar. E vai deixar tudo nas mãos sem o menor debate e diálogo conosco, que somos os donos desses valores. Nós que daqui a pouco, trabalhamos mais de 30 anos nessa Prefeitura, e dependemos da nossa aposentadoria para nossa sobrevivência, para sobrevivência dos nossos filhos.

Esses recursos ao nosso ver, na leitura de nós militantes do serviço público, dirigentes sindicais, é uma apropriação indevida dos recursos do Iprem, não só de Iprem, mas também desta cidade, pessoal. E para encerrar, alguns colegas principalmente o Edvaldo, que é representante do Conselho do Iprem, ele traz para a gente algo importante. Nós não temos transparência. Aí, nobre Superintendente, quero olhar nos seus olhos, Superintendente Maria Regina, e fazer um questionamento: o que a senhora vai fazer com os oito imóveis que nós temos hoje no Iprem, fora os que estão em processo de venda, já que o PL 447 dá extremo poder à senhora? Não a apropriação indevida dos recursos do Iprem.

Matéria AUD 192/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 30/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=476030.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 30/08/2023 16:35:10.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Juneia Batista.

A SRA. JUNEIA BATISTA – Boa tarde.

Eu sou assistente social do município desde 13/6/1988, estou na direção do Sindsep desde agosto de 1989, representando também a CUT Brasil, onde estou Secretária de Mulheres. Senhora Superintendente, a senhora é funcionária de carreira? Mas não é da Prefeitura de São Paulo, está bom, era só isso que eu queria saber.

Quero dizer para a senhora que quando eu entrei na Prefeitura, estava até conversando com os colegas ali, para me lembrar como era feito o pagamento, e era 5%. Até fiz uma confusão de dois para o HSPM, mas era de 5% a contribuição. A gente pagava. Quando eu cheguei, eu me lembro que um servidor havia pedido dinheiro emprestado para o Iprem e depois não tinha como pagar. Foi uma confusão.

O Iprem financiava moradia. O Iprem financiava empréstimo para os seus funcionários. Depois parece que a Constituição Federal proibiu isso. Fiquei sabendo agora pelos colegas, ali, que há uma brecha para a gente pensar de novo em financiar moradia. Eu acho que o Prefeito ia ganhar muito mais na sua campanha se ele pensasse nisso; mas pensa o contrário, ou seja: antes havia moradia para nós e agora o Iprem está querendo vender os nossos imóveis, nossos, gente. São nossos, porque a gente paga todo mês. Eram 5%.

Depois, nós levamos um golpe do Zé Serrinha, depois outro golpe, em 2018, e agora em 2021. E aí, a gente fica pensando: “Com tanta contratação, com tanta organização social, sem concurso público, 70 cargos não é nada, não é nada perto do que a gente precisa”.

Eu fico pensando: “Hoje eu vou me aposentar”. Não aposentei, porque estou esperando a minha última categoria na carreira. Eu fico pensando: “Quem é – se eu sobreviver mais 20 anos ou 30 anos – que vai pagar a minha aposentadoria, e quem é que vai pagar a aposentadoria dos que estão chegando, esse concursados que estão chegando agora?”. Quem é que vai pagar? Porque está tudo já no regime geral. Quem é que vai bancar isso?

Então, é assim: é uma vergonha, sabe. Eu anotei algumas coisas aqui, mas eu quero dizer que eu me sinto desrespeitada na minha história e na história dos meus colegas e

Matéria AUD 192/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 30/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=476030.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 30/08/2023 16:35:10.

companheiros de Prefeitura há tantos anos. Houve tanta destruição. Um companheiro lembrou que o Sr. Maluf tirou um pouquinho de dinheiro do Iprem, colocou a mão; e aí, a gente, agora, está vivendo esse processo de desmonte, na cidade de São Paulo, aquela vergonha desse Plano Diretor. Está todo mundo encastelado, ou seja, o Prefeito está vendendo a cidade, vendendo a cidade e não satisfeito fez até o acordo aí com o Carioca sobre a venda da Sabesp. Não está no tema, na pauta, mas a gente tem que lembrar do desmonte da maior Prefeitura da América Latina. Não é pouca coisa. É vergonhoso o que a gente está vivendo. Eu tenho vergonha, vergonha de contar as coisas que esse homem, que eu nem sabia quem era... Eu descobri depois, com o falecimento do ex-Prefeito...

Prefeito, toma vergonha. O Iprem é nosso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Lourdes Estevão de Araújo, do Sindsep.

A SRA. LOURDES ESTEVÃO DE ARAÚJO – Boa tarde, companheiras e companheiros. Boa tarde a todos os integrantes da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Boa tarde.

A SRA. LOURDES ESTEVÃO DE ARAÚJO – Sou Lourdes e sou da diretora do Sindsep. Neste momento, secretária na pasta das políticas sociais.

Eu acho que é importante a gente retomar algumas coisas. Eu sou da área da Saúde e, desde que eu entrei, na Saúde, desde que o Sistema Único de Saúde foi criado, participo dos Conselhos e nós sabemos que os Conselhos é um instrumento de participação numa sociedade democrática e, no Brasil, a gente, com a experiência principalmente do SUS, foi aprimorando. Inclusive foi esse tipo de participação que garantiu a vida de milhões de brasileiros que não morreram na pandemia, porque os trabalhadores e os Conselhos seguraram.

Por que eu estou falando isso? Porque a política de desconstrução e de desmonte do Conselho tem sido a política desse Governo. Nós tínhamos o Conselho do HSPM. Da noite para o dia, acabaram com o Conselho do HSPM.

Nós temos os Conselhos de Saúde hoje e nós estamos fazendo uma luta tremenda

Matéria AUD 192/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 30/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=476030.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 30/08/2023 16:35:10.

para mantermos esses Conselhos em pé e isso está acontecendo agora. Querem tirar o poder deliberativo dos Conselhos e agora a gente está vendo acontecer isso com o Iprem. Não tenho muito tempo para falar e o que eu gostaria de colocar muita gente já colocou. O dinheiro do Iprem é dos trabalhadores, é dos trabalhadores. Não é possível que esse Governo tenha coragem de, mais uma vez, fazer um assalto no bolso dos trabalhadores e que, por conta dessas reformas da previdência que foram feitas, nós recebemos, dentro do nosso sindicato, todos os dias, trabalhadores pedindo ajuda para comer, para comer. Não é possível que esse Governo tenha coragem de roubar, porque isso é assalto.

Eu faço uma proposta para os Vereadores, porque vocês foram eleitos pela população e são os trabalhadores que dão assistência para essa população. Eu faço uma proposta para esta Casa: Retire esse projeto. Discuta com as entidades sindicais, discuta com os trabalhadores. E eu quero fazer uma proposta para as entidades sindicais: Se o Governo não retirar esse projeto, nós temos que ir para a rua. Não é possível, não é possível que nós aceitemos uma situação como essa, porque é colocar o galinheiro para a raposa comer as galinhas. E temos que lembrar que raposa come galinha. E se esse Governo não retirar esse projeto, nós temos que apresentá-lo tanto para a sociedade, como os trabalhadores. É como a raposa e a galinha, que come a vida, que come o arroz e o feijão dos trabalhadores.

Retire já esse projeto. (Palmas)

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Neste momento, nós estamos recebendo 31 alunos do Colégio São Luís - Rede Jesuíta, trazidos pelos Profs. Marco Antônio e Mônica Diniz. (Palmas)

Eles estão recebendo palestras sobre o Poder Legislativo, Paulista, dadas pela equipe de evento da Câmara Municipal de São Paulo e estão sendo realizadas no primeiro subsolo, na Sala Oscar Pedroso Horta, e estão nos visitando no plenário. Nós agradecemos a presença de vocês. Está bom? (Palmas)

Tem a palavra o Sr. Juarez Nunes Mota, Secretário-Adjunto do Tesouro.

Matéria AUD 192/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 30/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=476030.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 30/08/2023 16:35:10.

O SR. JUAREZ NUNES MOTA – Boa tarde.

Eu gostaria de agradecer, em nome da Secretaria da Fazenda e do Secretário Luis Felipe Vidal Arellano, as contribuições que vocês deram para esse debate e reforço a posição que a Fazenda tem quanto à preservação da governança da gestão dos recursos do Iprem. A gente entende aos Comitês; não impactam essa capacidade que o servidor tem em se manifestar. Isso, no projeto, está preservado e a gente agradece as manifestações e externa aqui a nossa preocupação também, a manutenção do debate democrático sempre.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria que ele respondesse a justificativa que eu perguntei a ele.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Não é ele que vai responder.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – A Mesa vai responder.

Tem a palavra a Sra. Márcia Regina Ungarette, Superintendente do Iprem.

A SRA. MÁRCIA REGINA UNGARETTE – Bom, eu gostaria de colocar duas questões que foram muito colocadas aqui.

A primeira delas é que o Comitê de investimento já existe. Existe e é hoje instituído por uma portaria da superintendência. Então, tudo o que nós quisemos era colocar isso dentro de uma lei, para que não ficasse realmente só, na esfera da superintendência, a composição do Comitê de investimento.

Eu gostaria de dizer também que hoje esse Comitê de investimento é composto, em sua maioria – porque são cinco membros – por servidores do município de São Paulo. São servidores que recolhem e contribuem para o RPPS do município ou para o Iprem. São servidores que inclusive fizeram a certificação, dentro do sistema pró-gestão, que é o sistema que a gente, na verdade, adotou dentro do Iprem, e todos são servidores de carreira. Inclusive, são três da Secretaria da Fazenda e um deles é da Secretaria de Educação.

Então, esses servidores, na verdade, já fazem esse papel, que é o papel de elaborar

Matéria AUD 192/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 30/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=476030.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 30/08/2023 16:35:10.

a política de investimento do município, no caso, para o RPPS. Eles acompanham os investimentos que são feitos e também são obrigados... Eles se reúnem mensalmente de discutem o que está sendo feito com os recursos destinados ao pagamento das aposentadorias e das pensões. E, ao formularem a política de investimento do RPPS – isso é anualmente – eles submetem essa política depois à aprovação do Conselho Deliberativo. É desse jeito hoje. Não vai mudar nada aqui, gente. Continua aqui. Se vocês lerem, no projeto de lei, está dito exatamente isso, está dito aqui.

De todo jeito, o que eu gostaria de dizer é que não se está, de nenhuma forma, alternando a governança. Muito pelo contrário, está se reforçando a governança. Essa é a intenção dessas modificações.

E com relação à carreira, que muito se colocou aqui, eu acho que é muita importância, é fundamental que haja uma carreira realmente focada na previdência e a ideia, o objetivo aqui é que esses servidores possam, no futuro, assumir todas essas funções. Eu acho que isso é o mais importante.

Então, acredito eu que todas as contribuições são muito bem-vindas. Eu acredito que tudo é válido e importante, mas eu gostaria de dizer que não há realmente nenhum tipo de intenção aqui de se retirar poder de absolutamente ninguém. Era isso que eu gostaria de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o nobre Vereador Fabio Riva, Líder do Governo neste parlamento.

O SR. FABIO RIVA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria parabenizar pela audiência pública.

Cumprimento os Vereadores Celso Giannazi, Professor Toninho Vespoli, João Ananias, você, Presidente, competente, nosso professor Gilson Barreto, o Sr. Juarez, pela Secretaria da Fazenda, a competente Márcia Regina, com quem tive a oportunidade de conversar recentemente sobre o projeto, e a cada um vocês, Márcia, pessoal dos sindicatos e trabalhadores.

Essa é a Casa do debate. Eu estou aqui há dois mandatos e passei por projetos

Matéria AUD 192/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 30/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=476030.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 30/08/2023 16:35:10.

impopulares no sentido do servidor público, mas tive e faço isso diariamente, a posição de diálogo. Nós, em alguns projetos, inclusive que vieram do Executivo, no que tange aos servidores públicos, tivemos alguns avanços e tivemos muitas críticas, mas sempre dialogamos. Eu acho que esse é um papel importante e é o que se faz aqui hoje.

Então só queria deixar claro: já marquei uma reunião com a Aprofem, com o Sindsep, com a Márcia, para a semana que vem, para entender um pouquinho isso e trazer à baila um pouco daquilo que a Lourdes, com espírito guerreiro, colocou. A gente sabe disso e algumas abordagens podemos concordar, mas também discordar, o que faz parte da democracia.

Na interpretação da lei, muitas vezes, encontramos vários intérpretes. Eu mesmo, como advogado, sou um que, de uma forma ou de outra, faço parte daqueles que acabam interpretando em várias vertentes aquilo que está escrito na letra fria da lei. E a Márcia trouxe, aliás como ela já tinha me passado, a segurança de que não estamos retirando nenhum tipo de poder que está expresso no projeto. Parto, então, desse princípio.

Portanto, sem dúvida nenhuma, o que ouvimos aqui, hoje, e até a próxima audiência pública, que já está marcada pela CCJ, inclusive, acho que para a próxima quarta-feira, posso confirmar depois, mas acho que é quarta-feira às 12h ou 13h, enfim, depois passaremos a todos, mas acho que a Comissão já informaria –, vocês não têm essa informação? (Pausa). Eu passo depois, mas, ontem, até por uma solicitação dos Vereadores e das Vereadoras de que fizéssemos duas audiências públicas, viu Márcia, no Colégio de Líderes, eu deliberei por uma, mas deixei bem claro que se for possível, fazemos uma segunda audiência.

Não temos problema nenhum, sou cumpridor de acordo, de falas, e nós já deliberamos por uma segunda audiência pública, na quarta-feira, e se estiver maduro, o projeto já vem para o plenário na próxima quarta-feira mesmo.

Então acho que até lá temos um tempo para esclarecer essas dúvidas, também de discutir a interpretação daquilo que está escrito. O Executivo sempre está aberto por minha pessoa, aqui, na qualidade de Líder do Governo. Por isso também queria mais uma vez reforçar esse diálogo permanente com os servidores públicos do município de São Paulo, em que pese,

Matéria AUD 192/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 30/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=476030.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 30/08/2023 16:35:10.

muitas vezes, as decisões serem antagônicas, serem posições diferentes, mas, ainda assim, alguns avanços tivemos, então, é importante que possamos manter esse diálogo respeitoso, embora saibamos que com algumas falamos não concordemos, mas respeitamos a posição de vocês.

Mais uma vez parabenizo, Gilson, e agradeço a presença de todos, pois o que enriquece o debate é isso: a democracia e a Casa do Povo está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Primeiro, parabenizo a todos. Vocês trouxeram muitas contribuições que, a meu ver, todas importantes, e que merecem uma reflexão do Governo quanto ao projeto em si.

Estou aqui já no oitavo mandato, já passei por quase todos os governos e partidos, então conhecemos bem essa Casa e, realmente, o mais importante é o diálogo e é o Governo também entender o sentimento de cada segmento da sociedade. Por conta disso tem havido muito empenho e discussões entre os Vereadores que têm participado efetivamente e contribuído muito em todos os sentidos.

Queria trazer também a saudação de nosso membro da Comissão, Vereadora Ely Teruel, que entrou agora e pediu a palavra, mas tive de negar, porque estamos terminando, peço desculpas inclusive. E, como haverá outra audiência pública, a Vereadora terá nova oportunidade de se pronunciar.

Agendada, então, dia 30 de agosto, às 12h, na Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, a próxima audiência pública a respeito do projeto do Iprem.

O SR. FABIO RIVA – Será na sala Sérgio Vieira de Mello, no 1º subsolo. Será 30 de agosto, às 12h, pela CCJ, do projeto do Iprem.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Nada mais havendo a tratar...

O SR. JOÃO ANANIAS – Presidente, pela ordem, eu tinha aqui mais sete questões para fazer à Márcia e ao Dr. Juarez, posso encaminhar?

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Sim, pode encaminhar por escrito, por favor.

Nada mais havendo a tratar dou por realizada a audiência pública do PL. Estão

Matéria AUD 192/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 30/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=476030.

autuado por Helizenir Correia dos Santos em 30/08/2023 16:35:10.

encerrados os trabalhos.

Muito obrigado a todos.

Matéria AUD 192/2023. Documento assinado digitalmente por HELIZENIR CORREIA DOS SANTOS em 30/08/2023 e juntado ao PL 447/2023 por Helizenir Correia dos Santos. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=476030.